

ANDREZA COSTA DIAS

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCELHO DO PORTO NOVO (1912 – 2005): ASPECTOS DA ADMINISTRAÇÃO, DA ECONOMIA E DO QUOTIDIANO.

Licenciatura em Ensino de História



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

Junho de 2006

ANDREZA COSTA DIAS

**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCELHO DO PORTO
NOVO (1912 – 2005): ASPECTOS DA ADMIMISTRAÇÃO, DA
ECONOMIA E DO QUOTIDIANO.**

Trabalho científico apresentado no Instituto Superior de Educação para obtenção
do grau de Licenciatura em Ensino de História

Orientado pelo

Dr. José Évora

Aprovado pelos Membros do Júri, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de História

O Júri

Cidade da Praia aos _____ de _____ 2006

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho:

- Aos meus pais Manuel Dias e Joana Costa;
- Ao meu marido Benvindo Gomes e a minha filha Andreia Beatriz;
- A minha tia Lúcia Costa;
- Aos meus irmãos e sobrinhos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Dr. José Évora, pela forma como me apoiou na elaboração deste trabalho.

Ao meu marido que tanto me apoiou na redacção do mesmo, e vai também ao meu irmão Bernardino Costa que me deu pistas para a escolha deste tema.

Ao Presidente da Câmara Municipal de Porto Novo, Amadeu Cruz, e aos funcionários desta instituição que me facultaram alguns documentos para elaboração deste trabalho.

Os meus agradecimentos vão também às várias personalidades de Porto Novo que me deram informações valiosas fazendo com que este trabalho fosse hoje uma realidade. Vai em particular ao Sr. João Alves, Sr. João de Maria Teodora, Sr. Manuel Benício Silva, Sr. António Lisboa, Sr. Virgínio Fortes, Sr. Zeca, Sr. João Rocha, Dona Bela, minha irmã Alcinda Costa e o Sr. Manuel Ramos representante da Enapor em Porto Novo.

Agradeço ao pessoal do Arquivo Histórico Nacional que muito me apoiaram na recolha da documentação para elaboração deste trabalho, em particular à dona Paula Tavares.

Agradeço de uma forma geral a todos que de uma forma ou de outra, me prestaram o seu contributo.

Siglas

ADU – Associação para o Desenvolvimento durável de S. Antão;

ADPN – Associação para o Desenvolvimento de Porto Novo;

FAIMO – Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra;

ICM – Instituto Cabo-verdiano de Menores;

INC – Instituto Nacional das Cooperativas;

INDP – Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas;

INGRH – Instituto Nacional e Gestão dos Recursos Hídricos;

MAAA – Ministério da Agricultura Alimentação e Ambiente;

MORABI – Associação de Apoio à Autopromoção de Mulher no Desenvolvimento

ON´G – Organização Não Governamental;

UNICOOP S A – União das Cooperativas de Santo Antão.

ÍNDICE

Introdução	7
Capítulo I: Enquadramento Histórico e Geográfico de Santo Antão no âmbito da expansão quatrocentista	
1.1 Descoberta.....	8
1.2 Doações.....	9
1.3 Povoamento.....	11
1.4 Administração.....	12
Capítulo II: Porto Novo no início de novecentos	
2.1 Administração, Economia e Sociedade.....	15
2.2 Porto Novo, dos anos 30 a 60 do século XX.....	21
2.3 Porto Novo, Concelho.....	29
2.4 Aspectos da Sociedade.....	31
2.5 Aspectos da Economia.....	34
Capítulo III: Porto Novo, Hoje	
3.1 Aspectos Institucionais.....	40
3.2 Desenvolvimento Económico.....	41
3.3 Aspectos Sociais.....	43
Conclusão	46
Bibliografia	47
Anexos	51

INTRODUÇÃO

Este trabalho insere-se no âmbito das linhas orientadoras do Instituto Superior de Educação para obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de História. Com ele pretendemos não só cumprir as exigências curriculares vigentes nesta instituição, porém, modestamente, dar um contributo à história do concelho que nos viu nascer.

Com o tema que propomos, “Evolução Histórica do Concelho do Porto Novo (1912 – 2005): Aspectos da Administração da Economia e do Quotidiano” pretendemos analisar a história da ilha de S. Antão de uma forma geral e de Porto Novo em particular onde recai o objecto do nosso estudo realçando os aspectos da Administração da Economia e do Quotidiano no período compreendido entre 1912 – 2005. Esta barreira cronológica, justifica-se pelo facto de, no ano de 1912 ser criado um novo concelho na ilha de Santo Antão, com sede no Porto dos Carvoeiros, actual Porto Novo. E 2005, pelo facto de nesse ano a então vila do Porto Novo foi elevada à categoria de cidade, entrando portanto numa nova fase de desenvolvimento, enquanto cidade mais jovem do nosso país.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, fizemos uma abordagem geral da história da ilha desde da sua descoberta até o momento da criação das Câmaras Municipais. No segundo abordamos a história do concelho mostrando, na medida do possível, aspectos mais relevantes por que passou no seu percurso histórico. No terceiro fizemos uma abordagem geral do concelho a quando da elevação da sua sede à categoria de cidade.

O trabalho foi feito com base em pesquisas de documentos bibliográficos, recolha de dados, selecção de dados recolhidos, investigações em fontes primárias, análise das mesmas, entrevistas a diversas personalidades do concelho.

Queremos acreditar que o mesmo esteja em conformidade com os requisitos exigidos e que tenhamos trazido pistas para outras reflexões sobre o concelho do Porto Novo ainda tão pouco tratado na historiografia cabo-verdiana.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTO ANTÃO NO ÂMBITO DA EXPANSÃO QUATROCENTISTA

1.1 Descoberta

Como é sabido a aventura expansionista começou, por Portugal no início do séc. XV. A razão deste facto explica-se entre muitas razões, pelo conhecimento de novas técnicas de navegação que lhes permitiram sair fora da Europa. Desde o século XIII já tinha constituído uma classe de comerciantes que fazia comércio com outros países europeus, comércio esse feito por via marítima. Além desses factores há outros como por exemplo a sua situação política interna, sua posição geográfica e a existência de bons portos naturais.

Todos esses factores contribuíram para que Portugal tivesse a condição para sair fora da Europa à conquista de novas terras em busca de matéria-prima, metais preciosos e outros, tendo começado a aventurar-se pela África. Após a conquista de algumas praças no Norte deste continente, a Coroa Portuguesa optou pelas ilhas atlânticas no âmbito da qual por volta de 1460 terá ocorrido a descoberta das ilhas de Cabo Verde.

Quanto a ilha de S. Antão, na qual recai objecto do nosso estudo, ao que tudo indica terá sido descoberta por volta de 1462, conforme deixa a entender a carta do Infante D. Henrique ao

Infante D. Fernando¹ datada do mesmo ano embora não existir qualquer documento que fala concretamente do achamento oficial dessa ilha.

Relativamente a sua localização geográfica temos que a ilha de Santo Antão é a segunda maior ilha de Cabo Verde fica mais a norte do arquipélago dista do meridiano Greenwich 25 1'30 do lado leste 25 22 do lado oeste e Equador 16 30, sul e 17 12 e 30 norte. Possui uma área de 779 km² e o seu comprimento é de 42.750m, que vai da zona da ponta da tumba a nordeste e a ponte de camarina a sudoeste. A sua maior largura é de 22970 metros desde da ponta das areias a noroeste, e o cais dos fortes a sudoeste.

1.2 Doações

A organização político-administrativa do império português no ultramar constituiu-se no principal problema a resolver para o enquadramento político do espaço e conseqüente domínio efectivo. Com um império caracterizado pela dispersão territorial, a administração portuguesa tentou fazer o transplante e adaptação de instituições que já haviam sido experimentados noutras paragens, como Açores e Madeira, estruturando-se sobre um modelo diversificado de instituições variadas. Como diz António Manuel Hespanha, “ (...) O império português não se estrutura sobre um modelo único de administração, antes fazendo conviver instituições muito variados (instituições municipais e senhoriais de tipo europeu, capitánias, donatárias, feitorias, fortalezas, situações politico-institucionais desenhadas, caso a caso em tratados de paz, vassalagens e de protectorados simples enquadramento táctico a partir a de redes de relações comerciais, da acção dos missionários ou mesmo de presença de aventureiros portugueses, etc.) em territórios também eles de acordo com as intenções e oportunidades de ocupação”.²

Assim, após a descoberta das ilhas impunha-se a exploração das mesmas requerendo pois que fossem doadas para que a exploração se efectuasse de facto.

¹ALBUQUERQUE, Luís. **O descobrimento das ilhas de Cabo Verde**. In Albuquerque L. (coordenador) SANTOS, M. E. Santos. **História Geral de Cabo Verde**. Vol I. Lisboa/ Praia. CEHCA/IICT DE Portugal INICC Cabo Verde. 2001.Pag.38.

² HESPANHA, A. M e Santos, MC – **Os poderes num império oceânico**. In **História de Portugal**. Vol I. p. 93.

A semelhança do que aconteceu em Santiago, o sistema de exploração introduzido na ilha de Santo Antão foi o de capitania donatária,³ que era um sistema económico e jurídico introduzido nas regiões Africanas. O rei doava a ilha a um capitão donatário que tinha o poder de comercializar com a costa africana produtos como madeira, pastos e corais, e também tinha o poder de pesca e além de pagarem impostos à Coroa. Também tinham o poder de fazer justiça excepto condenar a pena de morte (porque este era de competência apenas do monarca) e detalhamento de membros. Tinha domínio de povoar a ilha e as populações tinham que pagar impostos. O donatário cultivava as terras por regime de sesmaria.⁴

Segundo o historiador Daniel Pereira,⁵ a primeira doação da ilha de Santo Antão foi no ano de 1538 pela qual o rei D. João III deu de juro herdade a João de Sousa que posteriormente foi doada a seu irmão Gonçalo de Sousa no ano de 1548 e tinha como missão pagar dizimo e quarto. O mesmo já tinha acontecido com os moradores da ilha de Santiago que tinham que fazer comércio com a Costa Africana e resgatar escravos e não pagavam dízimo a coroa. Com o falecimento de Gonçalo de Sousa a ilha foi revertida a Coroa em 1593 e foi doada pelo rei Filipe II ao Conde Orta D. Francisco de Mascarenhas com título de Conde de Santa Cruz que foi o fundador da povoação de Santa Cruz (actualmente vila de Ribeira Grande).

No ano de 1608 o rei Filipe II confirmou a doação da ilha a D. Martinho de Mascarenhas que foi o segundo conde de Santa Cruz mas, no ano de 1624 com a morte de Filipe II doou a ilha a João Mascarenhas e sua esposa D. Beatriz esta herdeira de D. Martinho terceiro conde de Santa Cruz.

Em 1625 o quarto Conde de Santa Cruz D. Martinho filho de D. Beatriz herdou a ilha de Santo Antão e em 1685 com a morte dele, a ilha passa para seu filho D. João Mascarenhas o quinto Conde de Santa Cruz que encontrava-se refugiado em Inglaterra onde tinha fugido com D. Maria Penha de França depois de a ter raptado do seu marido D. Luís de Almada. Alí vendeu a ilha aos Ingleses por carta de 17 de Janeiro de 1724.

³ Sistema administrativo implantado pela primeira vez nas ilhas atlânticas (Açores e Madeira) através do qual o rei outorgava amplos poderes a pessoas de sua confiança designados por capitães donatários. O rei concedia a simples particulares largos domínios privilégios e proventos neles delegando igualmente atributos de soberania com direito de fundar povoações.

⁴ Terras que os concelhos distantes atribuíam pelos seus moradores com condição de ser obrigatoriamente cultivadas dentro de certo prazo além de solver as prestações consignadas pelo costume ou pelo foral.

⁵ PEREIRA, Daniel. *Recortes da história da ilha de Santo Antão* In: **Revista Ekhos** de Paúl. Números 7 / 10 Agosto 1994 / Junho de 1996. p.55.

Mas com a chegada dos Ingleses para tomar posse da ilha os moradores de Santo Antão revoltaram-se e o rei D. João V mandou expulsar os Ingleses. A ilha foi restituída para a Coroa Portuguesa em meados do séc. XVIII. Foi doada a Marques de Gouveia e Duque de Aveiro D. José de Mascarenhas sexto conde de Santa Cruz mas com menos privilégios que os seus antecedentes. Tendo a obrigação de despachar os produtos na alfândega de Santiago, fiscalização dos direitos e manutenção da ordem na ilha por feitores e capitães-mores de nomeação régia.

1.3 Povoamento

Ao que tudo indica cerca de um século após a sua descoberta a ilha de S. Antão manteve deserta de presença humana. De acordo com Maria Haideé⁶ o povoamento da ilha teve o seu início no ano de 1548 mas ainda nessa data esperavam a vinda dos donatários para tomar posse dos terrenos para a prática da pastorícia e também para a recolha de algodão.⁷

Assim não enviaram povoadores para a ilha logo após a sua descoberta e conservou desabitada cerca de um século.⁸

No ano de 1759 a ilha de Santo Antão era povoada provavelmente com escravos oriundos da Guiné trazidos pelos ricos donatários, e não admitiram casais europeus, só mais tarde resolveram convidar os europeus para se fixar na ilha. E assim de acordo com um recenseamento feita pelo bispo D. Frei José de Santa Maria de Jesus “a ilha contava com 4032 habitantes e estavam repartidos da seguinte forma: havia 10 brancos, 1746 mulatos, 1900 foros e 646 escravos e a ilha ocupava o segundo lugar em termos de população de Cabo Verde”.⁹

6 MARQUES, Maria de Haideé Ferreira. **Subsídios para a História da ilha de Santo Antão de 1462 – 1900**”. Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco. Praia. 1997. Pag. 19.

7 Idem Pag. 19

8 PEREIRA, Daniel. *Recortes da história da ilha de Santo Antão* In: **Revista Ekhos** de Paúl. Números 7 / 10 Agosto 1994 / Junho de 1996. Pag. 56.

9 PEREIRA, Daniel. *Recortes da história da ilha de Santo Antão* In: **Revista Ekhos** de Paul. Números 7 / 10 Agosto 1994 / Junho de 1996. Pag. 56.

1.4 Administração

Pela documentação que tivemos acesso constatamos que a semelhança de Santiago a ilha de S. Antão era administrada através de capitánias-donatarias, nos primeiros séculos.

A administração passaria, também pela implantação de muitas instituições, nomeadamente a estrutura municipal. Esta foi constituída a medida que os núcleos populacionais se formavam isto é na primeira metade do século XVIII. É nesse sentido que no ano de 1728 o rei ordenou o ouvidor José da Costa Ribeiro para visitar as lhas de Cabo Verde e o informasse sobre a situação da administração das mesmas. Ao fim da visita em carta se 16 de Abril de 1731, prestou informações ao rei que “ era necessário dar-se remédio, assim do espiritual como temporal. Apresentou proposta para eventual resolução dos problemas. Na sua carta dispunha que a ilha de S. Antão possuía mais de trezentos e sessenta fogos só na povoação de Ribeira Grande (Santa Cruz), a de S. Nicolau mais de duzentos e sessenta, ambas tem suficiente capacidade de se criarem villas com juizes ordinários veriadores e mais oficiais da Câmara e outros a ella concernentes pois em o número dos moradores de cada uma destas villas não hé possível deixarem de haver vinte e quatro pessoas capazes de servirem doze em cada três annos e se tirem delles os mais oficiais.”¹⁰

Em virtude disso é criada a 7 de Maio de 1732 o Concelho da ilha de Santo Antão, constituído um julgado ordinário abrangendo a ilha vizinha de S.Vicente, sedeada na vila da Ribeira Grande tendo esta substituída a antiga povoação de Santa Cruz.

Até 1851 não foram introduzidas alterações de relevo no figurino judicial da província de Cabo Verde, e só a partir dessa data a mesma ficou dividida em duas Comarcas denominadas de Barlavento e Sotavento. Cada Comarca ficou sob jurisdição de um juiz de direito e um procurador régio. A sede da Comarca de Barlavento permaneceu na lha de S. Nicolau até 1874, data em que foi ordenada a transferência para a ilha de S. Antão. Situação que só viria a alterar no início do séc. XX altura em que a Comarca de S. Antão foi integrada na de S.Vicente.

A criação de vila e de concelho deu-se por necessidade de combater os abusos dos capitães donatários e também empenhar as populações na administração e progresso das suas

¹⁰ LOPES, Maria José. “ *A Câmara Municipal de Santo Antão: Criação e Evolução (1732 – 1870)*. In: **Revista Africana**. Nº5. Especial Universidade portugalense. Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde. Porto. Setembro de 1998. Pag.110.

localidades. Em termos judiciais passou para um Julgado Municipal especial, sob a jurisdição da Comarca de Barlavento com sede em S. Vicente.

No ano de 1867 a ilha de Santo Antão foi dividida em dois concelhos com o aparecimento do concelho do Paúl com sede na vila das Pombas, abrangendo as freguesias de Santo António Das Pombas e de São João Baptista.

Em 1892 pelo decreto de 24 de Dezembro é feita uma reforma administrativa e dada a proximidade entre as vilas da Ribeira Grande e da vila das Pombas em relação a extensão da ilha, extinguiu-se o concelho do Paúl ficando com um único Concelho de 1ª classe na ilha de Santo Antão com sede na vila D. Maria Pia (actual vila da Ponta do Sol) composto pelas freguesias de Nossa Senhora do Rosário, de S. Pedro Apóstolo, Santo Crucifixo, Santo António das Pombas e de S. João Baptista.

Por decreto-lei de 19 de Abril de 1912 é criado um novo concelho com sede no Porto dos Carvoeiros, “situado na costa sudeste de S. Antão”. O povoado foi designado “Porto dos Escraveiros”, “Porto dos Carvoeiros”, “Porto Novo”, designações relacionadas com as principais actividades que em épocas diferentes desempenhou. Primeiramente foi o principal porto de entrada e escoamento de escravos em S. Antão, razão pela qual se chamou Porto dos Escraveiros. Após a abolição da escravatura, no intuito de tentar apagar qualquer vestígio relacionado com o tráfico negreiro o topónimo foi mudado para Porto dos carvoeiros com a construção do cais acóstavel, que foi em Cabo Verde o segundo na ordem de primazia, acabou por se justificar a mudança de nome de carvoeiros para Porto Novo.”¹¹ (actual cidade do Porto Novo) constituído pelas freguesias de São João Baptista e Santo António das Pombas mas que não entrou em funcionamento provavelmente por razões de ordem política e financeira.

Em 1917 pela portaria 327 de 11 de Outubro o concelho do Paúl reentrou em funcionamento como concelho irregular. Em 1962 cria-se novamente o concelho do Porto Novo depois de ter funcionado como Posto Administrativo desde 1942 abarcando as freguesias de São João Baptista e Santo André, esta criada em 1927.

¹¹ ÉVORA, José. **Santo Antão no Limiar do Século XIX: da Tensão Social às Insurreições Populares (1886 - 1894) Uma Perspectiva Histórica**. Praia. AHN. 2005. Pag 27.

CAPÍTULO II

Após este visionamento histórico, passemos então ao tema que propomos desenvolver ao longo do trabalho, **PORTO NOVO NO INÍCIO DE NOVECENTOS.**

Neste capítulo procuraremos lançar um olhar sobre o Porto Novo no início de novecentos tentando, na medida do possível, mostrar os aspectos mais relevantes do seu desenvolvimento mostrando a sua situação geográfica e um assento na Administração, Economia e no Quotidiano.

Designada, inicialmente por freguesia de S. João Baptista, situa-se a sul da ilha de Santo Antão, cobrindo uma vasta extensão de 522km. Apresenta um clima desértico e semi-árido com predominância de ventos quentes e secos (harmatão), como consequência disso sofre de secas prolongadas e apresenta paisagens secas e áridas e de uma forma geral pouco favorável a prática da agricultura. As precipitações são aleatórias geralmente inferiores a 300mm a temperatura media anual é aproximadamente de 23,5 ° C.

Do ponto de vista geomorfológico não obstante constituir o concelho menos acidentado da ilha apresenta pontualmente declives extremamente acentuados. A maior altitude da ilha e a segunda do arquipélago o Topo de Coroa com 1979 metros, factores que condicionam a existência de algumas zonas encravadas. Tendo em conta a origem vulcânica da ilha, este concelho é formado por uma quantidade de minerais comuns principalmente o basalto, os fonolitos, os piroclásticos, e uma grande riqueza em pozolanas. O seu povoamento verificou-se relativamente tardio, “ devido a escassez de recursos naturais (água) e a dispersão geográfica. Os seus primeiros povoadores fixaram nas zonas de Alto Mira, Ribeira da Cruz,

Martiene, e Tarrafal de Monte Trigo, devido a existência, nestas localidades, de algumas potencialidades agrícolas”.¹²

Ao que tudo indica, na época as regiões mencionadas pertenciam a proprietários originários de Ribeira Grande que faziam parte das autoridades da ilha e isso fez com que houvesse mobilização de agricultores para trabalharem nestas propriedades, iniciando assim o processo de povoamento da freguesia de São João Baptista, que viria constituir mais tarde o concelho do Porto Novo.

2.1 Administração Economia e Sociedade

Relativamente a administração podemos dizer que o actual concelho do Porto Novo no início do século XX não era mais do que uma freguesia de nome S. João Baptista sedeada na localidade de Ribeira das Patas, dirigida pelo então concelho de S. Antão cuja sede se localizava na vila D. Maria Pia (actual vila da Ponta do Sol).

No decorrer da nossa pesquisa constatamos que esta freguesia é pouco falada. Não se encontra quase nada nos arquivos que a ela faça referência. Aparecem escassas informações e normalmente quando se trata de situações de calamidades como por exemplo circunstâncias de fome, seca, doenças entre outras.

O que encontramos relativamente a sua administração é pouco relevante. No entanto foi-nos possível constatar alguns aspectos concernentes a este aspecto sobretudo a partir dos primeiros anos da primeira década do século XX. Assim, pela portaria n.º 327 de 11 de Outubro do ano de 1917 vai reentrar em funcionamento o concelho do Paúl como concelho irregular e a freguesia de S. João Baptista passa a pertencer ao referido concelho. O poder era centralizado na sede do concelho sendo que as pessoas eram obrigadas a percorrerem longas distâncias para resolver questões de ordem jurídica, matrimonial, registo civil entre outros.

No ano de 1928 ao lado de S. João Baptista com sede em Ribeira das Patas, aparece a freguesia de Santo André sedeada na localidade de Ribeira da Cruz. Assim sendo, surgem dois regedores cada um com a incumbência de administrar uma dessas freguesias. Embora não nos foi possível seguir, em pormenor, o percurso histórico por que passou a administração do espaço tutelado por essas duas freguesias nas conturbadas décadas de trinta à sessenta, a

¹² MONTEIRO, César. **Sociologia Urbana uma Cidade-Porto em Construção: A Questão Urbana na Perspectiva do Desenvolvimento Integrado**. Editora Separata Direito e cidadania 2004. Pag.98.

verdade é que, ao que tudo indica não foram introduzidas mudanças de relevo pelo que essas localidades continuam sendo administrados pelo Paúl, através das suas representações em Ribeira das Patas e Ribeira da Cruz. Situação que só viria alterar no ano de 1962 com a criação do Concelho do Porto Novo depois de ter funcionado como Posto Administrativo desde 1942.

Relativamente a economia podemos apontar o seguinte: Embora tenha havido outras actividades como o comércio e a pesca, a vida económica das populações dessa freguesia centrava na agricultura, que constituía a base fundamental para a sobrevivência das pessoas não obstante o facto de, no início da 1ª década de novecentos, a freguesia ter sido assolada por sucessivas crises cerealíferas por causa de secas prolongadas tendo como consequências muitas perdas humanas.

A adversidade dessa região fez com que a prática agrícola fosse também adversa, sendo de considerar extensas terras onde essa actividade ficava e fica a mercê das chuvas, designadamente nos planaltos das regiões Sul e Norte. Nas ribeiras onde a água era abundante e conseqüentemente a agricultura era mais expressiva, particularmente nas localidades de Ribeira das Patas, Ribeira da Cruz e acima de tudo Tarrafal de Monte Trigo, praticam-se sempre o cultivo de regadio.

Nas regiões onde praticava-se a agricultura de sequeiro o cultivo recaía sobretudo sobre o milho e o feijão e ainda nos lugares onde a precipitação é mais elevada e a densidade das nuvens é mais grande cultivam-se outras variedades sobretudo na região do Planalto Leste onde o cultivo recaía sobre as arvores frutíferas, como marmeleiro, a macieira, a videira a figueira etc. Na cratera de cova que está inserida na zona sub húmida, cultivava-se a batata-doce, batata inglesa, feijão, que são produtos mais destacados nessa região. Como dissemos anteriormente, praticava-se agricultura de regadio nas zonas onde existia grandes quantidades de água como é o caso do Tarrafal de Monte Trigo, Ribeira das Patas, Boboso, Ribeira Fria, Alto Mira, Martiene, e Ribeira da Cruz, sendo que as culturas consistiam principalmente na cana sacarina, o milho, a mandioca, batata-doce, inhame e outros produtos hortícolas não só destinados ao consumo local como para abastecer a vizinha ilha de S. Vicente.

Mas sendo que, para o desenvolvimento necessário da agricultura, o acesso às propriedades e o escoamento das produções foi desde sempre um problema real à essas localidades, não

obstante a fertilidade dessas ribeiras em matéria de agricultura, enfrentavam um problema não menos bicudo. Referimo-nos ao problema das estradas porque, a inexistência das mesmas fez com que ao longo da sua história essas regiões vivessem momentos difíceis passando muitas vezes por crises graves. Não é por acaso que a construção das mesmas esteve sempre na mira das autoridades locais. É o que podemos constatar partindo das informações do então administrador do concelho, que nos anos vinte em virtude das péssimas condições das estradas solícita a conclusão do caminho que liga Alto Mira a Ribeira da Cruz e o que liga Ribeira da Cruz a Ribeira das Patas e pede também melhorias no caminho que liga Carvoeiros a Janela, o que dá acesso ao desembarcadouro no Porto dos Carvoeiros.

Ele considerou ainda que abertura de caminhos viria resolver a situação da crise¹³ e constituiria uma melhoria nessas regiões que facilitando a circulação de pessoas e o transporte de víveres das diferentes regiões da ilha para os respectivos portos.

Pela documentação consultada, constatamos que o quadro económico das localidades que viriam constituir o concelho do Porto Novo, no início do século XX, passou por vicissitudes diversas. Da análise das correspondências enviadas pelo então administrador do concelho ao governador-geral da província verifica-se que o rendimento arrecadado nessas localidades sob forma de licenças, coimas aferição de pesos e medidas e arrematação de animais, não eram expressivas e conseqüentemente pouco contribuía para os rendimentos municipais. Informa o administrador que “ São precários os rendimentos gerais do município, relativos à freguesia de S. João Baptista, que virá a constituir o novo concelho.”¹⁴ Trata-se de um relatório minucioso (ANEXO I) que permite-nos um visionamento completo do estado da freguesia, numa altura que se preparava para constituir um novo concelho na ilha de Santo Antão.

Para elucidar melhor as contribuições da freguesia, em matéria de receita fiscal, no início de novecentos, passemos a apresentar, no quadro que se segue, uma nota demonstrativa da receita municipal arrecadada e despesa efectuada, da freguesia de S. João Baptista, nos anos civis de 1908 a 1912.

¹³ Em virtude de maus anos agrícolas, verifica-se crises cerealíferas.

¹⁴ SGG, Repertório Numérico Simples do Fundo Arquivístico. CX. 774. AHN. Praia. 1994

Nota administrativa da receita municipal arrecadada e despesa efectuada da freguesia de S. João Baptista na ilha de S. Antão nos anos civis de 1908 a 1912.

Proveniência	1908		1909		1910		1911		1912	
Receita	180	563	276	661	278	329	308	325		
Licenças para comércio	18	639	23	108	25	106	25	947		
Coima e multas	----	470				544	----	---		
Arrematação de animais	90	000				000	99	000		
Impostos de 10% sem contribuição b)	68	000	8	890	14	000	50	000		
Imposto de 3 % – Alfandega c)	13	200	97	000	96	330	28	400		
Aferição de pesos e medidas.....			60	000	55					
			21	570	22					
Soma Reis.....	369	1872	485	2229	490	1309	510	1672		
Despesa										
Rendas de casas para escolas	96	000	96	000	96	000	96	000	96	
Subsidio anual para 3 professores	60	000	40	872	8	772	12	600	60	d)
1% Para o instituto do ultramarino	3	708	4	872	4	913	5	167		?
1 % Para o hospital colonial	3	708	4	940	4	913	5	167		?
2 % Pela arrecadação dos 10 % sem contribuição	1	800	1	.	1	920	1	980	120	?
Subsidio para o cemitério	.	.	16	.		100			2	?
Professor particular nos carvoeiros	.			.			18		7	
Enterramento de indigentes	.			.				990	1	000
Limpeza de poços Água	.			.			28	150	7	000
Condução de patrão para aferições	.			.				450	1	200
Professores no Alto Mira	.			.			1	200	120	200
Zelador Municipal	.			.					72	000
	.			.						000
Soma réis	163	2216	161	2684	113	3618	166	3704	476	400

Fonte: SGG, CX. 774. AHN. Praia. 1994.

- a) A receita arrecadada até 30 de Junho, fim do primeiro semestre, regula pelo igual período no ano de 1911 a excepção do imposto de 10% sobre a contribuição que diminuiu sensivelmente.
- b) A importância arrecadada foi calculada em medida, por dados da repartição de fazenda do concelho.
- c) Esta receita foi calculada por pouco mais ou menos e conforme o decrescimento dos rendimentos aduaneiros nestes últimos anos, por isso que o estabelecimento comercial da freguesia são recursos fornecidos por lojas mães, de negociantes de outras freguesia da ilha.

- d) É a despesa orçada para o corrente ano de 1912, além das que ficam em branco, dependentes da receita a apurar-se. A despesa no corrente ano aumentou consideravelmente com a criação de escolas nos Carvoeiros e Ribeira de Alto Mira e um lugar de zelador.

Ainda é de realçar que as populações viviam da pesca que era praticada de forma artesanal nas zonas piscatórias de Praia Formosa, Carvoeiros, Monte Trigo e Tarrafal de Monte Trigo. Nesta ultima foi instalada uma fábrica de conserva de atum de nome Sociedade Ultramarina de Conservas Limitada.¹⁵

Para melhoria das condições de vida das populações as autoridades tomaram também algumas medidas no sentido de chegar os serviços mais pertos a comunidade. Desses, temos por exemplo o posto de registo civil, que foi criada na localidade de Ribeira da Patas que ficava mais próxima,¹⁶ servindo também a populações do Tarrafal de Monte Trigo.

No que diz respeito à educação, é de referir que a freguesia teve a sua primeira escola no ano de 1869 na localidade de Ribeira da Cruz, dirigido por um padre de nome José Duarte, e posteriormente na localidade de Ribeira das Patas, dirigida também por padres, e depois em Boboso, com o professor de nome Edmundo Leite no ano de 1887. E já no ano de 1895 vamos ter 3 professores, Fernando de Oliveira Lima, José Pereira Jardim e Edmundo Leite que vão leccionar respectivamente nessas localidades.¹⁷

No século XX podemos acrescentar que havia algumas escolas públicas e privadas com turmas repartidos por sexos, mas o acesso ao ensino era para os estudantes cujos familiares possuíam alguma posse. As escolas se localizavam nas zonas de Boboso, Ribeira da Cruz, Ribeira das Patas e Porto dos Carvoeiros. Os exames eram feitos na Vila D. Maria Pia actual (vila da Ponta do Sol) sendo que os alunos percorriam grandes distâncias, para o efeito. É neste sentido que o responsável da freguesia vai redigir uma carta ao Administrador do Concelho solicitando a resolução dessa situação, alegando que “já havia na localidade de Ribeira das Patas pessoas competentes para construir juizes de exames”.¹⁸

¹⁵ Diploma legislativo nº 165 de 17 de Outubro de 1928.

¹⁶ Decreto-lei nº 170. In: B.O Nº 20 de 15 de Outubro de 1913.

¹⁷ ROCHA, A. Subsídios para a História da Ilha de Santo Antão (1462 – 1983). Imprensa Nacional de Cabo Verde. Praia. 1990. Pag. 78, 79.

¹⁸ SGG, Repertório Numérico Simples do Fundo Arquivístico. CX. 263, AHN. Praia. 1994.

É assim, que a partir do ano de 1925 os exames passam a ser realizados primeiramente em Ribeira das Patas e posteriormente nos Carvoeiros que passou a ostentar o título de sede de freguesia. De acordo com uma entrevista concedida pelo Administrador do Concelho Sr. João Baptista Araújo a Revista Cabo Verde, nos anos 20, ele diz que “havia na freguesia na totalidade perto de 600 crianças sem benefício da escola distribuídas da seguinte forma: Tarrafal 100 crianças em idade escolar dos 7 aos 14 anos, Figueirinhas Agua das Patas e Agua Margosa 200, Martiene 70, Ribeira dos Bodes, João-te-Bento 70, Jorge Luís e Miguel Pires 30, Carvoeiros, Covoadinha, Pascoal Alves 200.¹⁹

De acordo com os dados da instrução pública divulgados no Boletim Oficial do ano de 1930, nessas freguesias haviam 8 estabelecimentos de ensino e estavam classificados por postos de ensino e escolas havendo para cada um professor, situados nas localidades abaixo representados no quadro.

Freguesias	Local	Classificação	Professor (a)	Sexo	Número	Classes
S. André	Ribeira da Cruz	Posto de ensino	1	Misto	25	Interino
S. João Baptista	Ribeira das Patas	Posto de ensino	1	Misto	5	Interino
	Carvoeiros	E	1	Misto	6	1 ^a
	Ribeira dos Bodes	Posto de Ensino	1	Misto	10	1 ^a
	Lombo de Figueira	E	1	Misto	11	Interino
	Boboso	Posto de Ensino	1	Misto	7	Interino
	Carvoeiros	Posto de Ensino	1	Feminino	8	Interino
	Tarrafal	Posto de Ensino	1	Misto	9	Interino

Fonte: Boletim oficial nº 21 de 24 de Maio de 1930

Através deste quadro constatamos que a situação do ensino nas freguesias teve um crescimento moderado, dado ao aparecimento de novas escolas e postos de ensino.

¹⁹ LAGE, José F. "Santo Antão Estado Alimentício escolas e melhoramentos do Concelho do Paúl". In: *Revista Cabo Verde*. Nº 13. De 30 Setembro de 1920.

Mesmo assim continuam sendo insuficientes para cobrir toda a população em idade escolar. Podemos dizer ainda que a situação do ensino era precária porque, para cada posto de ensino ou escola havia somente um professor e funcionava com turmas compostas ou seja todos os alunos de 1ª a 4ª classe estudavam misturados na mesma sala.

2.2 Porto Novo dos anos 30 a 60 do séc. XX

Ao que tudo indica o Porto dos Carvoeiros passou a ser sede da freguesia nos princípios do século XX altura em que era ainda uma pequena aldeia piscatória localizada no litoral meridional de Santo Antão ou seja no sudeste da ilha atravessada por duas grandes ribeiras (desembarcadouro e corujinha) que a divide em três grandes zonas a saber: Leste, Centro e Oeste. Vamos apontar, na medida do possível, alguns aspectos que são concernentes ao seu itinerário histórico designadamente aspectos da economia, da administração e do seu quotidiano. As suas características climáticas não fogem aos parâmetros macro regionais quente e seco e ao que tudo indica são as causas responsáveis pela ausência de qualquer cobertura vegetal notável na região. A paisagem tem um aspecto árido amenizado.

Embora não se sabe concretamente a data exacta da fixação de pessoas nessa região podemos dizer que antes era abrigo de pescadores, e a partir dali algumas pessoas começaram a se residir nessa área tornando assim uma aldeia piscatória. Segundo um plano levantado pelos guardas marinhas da canhoneira em 1901 o Porto dos Carvoeiros aparece com cerca de 30 construções dispersas, começando assim um povoamento intensivo com pessoas oriundas de toda a ilha de S. Antão a partir da segunda década do séc. XX, período de grandes crises, e estabeleceram no litoral em busca da sua sobrevivência.

Deste modo a localidade foi crescendo impulsionado pelo êxodo rural acarretando um leque de males sociais, destacando entre elas as más condições de habitabilidade das populações que ali estabeleciam em busca de melhores condições de vida. A maioria dessas pessoas vivia em grutas cavadas nos jazigos de pozolanas ou em casas mal construídas, provocando assim o surgimento de bairros degradados.

O abastecimento de água era feita inicialmente através de poços, posteriormente passou a ser assegurada pela água do nascente de Mesa canalizada para os Carvoeiros no princípio dos

anos 30, de acordo com o decreto-lei nº 934 de 7 de Setembro ²⁰, que determina a captação e canalização da água de Mesa para o Porto dos Carvoeiros afim de abastecer a população e garantir o fornecimento a vizinha ilha de São Vicente. Factor determinante para o desenvolvimento de Porto Novo que registou a partir daí um importante crescimento económico e populacional numa altura em que o sonho de ser vila já era eminente.

A dinâmica vivida em Porto Novo na altura, fez com que ali se funcionasse como posto administrativo a partir de 1942, como forma de descentralizar os serviços municipalizados e servir melhor as populações das freguesias de Santo André e São João Baptista.²¹ Assim, a partir dos anos 40 Porto Novo ganhou outros rumos na sua história passando a ter um posto administrativo, embora com certa dependência ainda do concelho do Paúl, que comandava todas as decisões desde de ordem politica até o social. Neste posto Administrativo vamos encontrar um chefe de posto, um fiscal, dois guardas.

Assim, num levantamento realizado em 1948 pela missão hidrográfica do arquipélago de Cabo Verde, observamos a existência de instalações militares e certa consolidação de edificações nas zonas de Armazém, Lombo de Meio e Lombo Branco, destacando-se como principais bairros do povoado nessa época.

A localidade contava então com uma centena de construções que começavam a estruturar-se num conjunto urbano em torno à via paralela à linha da costa (ANEXO II).

Na cartografia posterior podemos apreciar um crescimento moderado desta localidade até o desenvolvimento das últimas décadas.

Relativamente a vida económica das populações no período a que reportamos, começamos por dizer que as pessoas dedicavam a pesca que foi uma actividade que muito atraiu as populações, ainda de forma artesanal e tendo em conta as características topológicas da aldeia pelo facto se situar no litoral, dedicou-se ao comércio. A pecuária e a agricultura foram actividades mais expressivas nas comunidades rurais.

No tocante a actividade comercial é de salientar que nos anos 40 em Porto Novo já se estabeleciam um grande desenvolvimento neste sector surgindo algumas zonas em que

²⁰ B. O. Nº 50. 1931.

²¹ Ver o Suplemento do B. O 2 de Setembro de 1962.

vendiam muitos mantimentos dos quais peixe seco, petróleo, sal, produtos agrícolas entre outros. O comércio era feito sobretudo por pessoas oriundas dos concelhos de S. Antão.

Na década de 50 Porto Novo tornou-se num centro comercial, como ponto de encontro dos comerciantes que vinham de todos os recantos da ilha de S. Antão, e os que vinham da ilha vizinha de S. Vicente. Toda a actividade comercial desenrolava a base de verduras, animais, e produtos derivados de animais, frutas e outros géneros.

A actividade pecuária constituía uma outra prática que satisfazia as necessidades básicas das populações. Faziam a criação do gado bovino, suíno e caprino, nas vastas regiões desertas favorável à pastagem.

A indústria da extracção da pozolana desempenhou um papel de capital importância para o desenvolvimento económico nessa região a partir da segunda metade do século XX, passando a ser produto de exportação principalmente para Portugal e suas colónias das quais Angola e Moçambique.

Assim, com a descoberta deste produto em Porto Novo a vida das populações vai melhorar, pelo facto de ter havido abertura de postos de trabalhos para os residentes e não só. Os trabalhadores tinham como serviço, tiragem da pozolana das jazidas, e depois serem colocados em transportes que a levava até as máquinas para moagem. Seguidamente estes eram incumbidos para encher o derivado em sacos e coloca-los de novo em transportes que os levava até o porto de exportação.

Para a exportação deste género as pessoas enfrentavam muitas dificuldades, pelo facto de não haver infra-estruturas em boas condições, por estarem em situações muito rudimentares. Não havia um porto para o abrigo de navios para receber a mercadoria sendo que a embarcação era feita na baía do peixinho que ficava muito distante da zona da moagem.

Segundo a historiadora Elisa Andrade a exploração da pozolana foi iniciada no ano de 1955 com capitais portugueses com uma produção de 206 toneladas. Mas, pelo facto de não haver infra-estruturas em boas condições para o seu transporte era insuficientemente explorado. Ela mostra um quadro relativo a extracção e exportação da pozolana desde do ano 1955 até 1971, que de seguida passamos a apresentar.

Anos	Toneladas	Anos	Toneladas
1955	206	1963	10248
1956	915	1964	4139
1957	1511	1965	2810
1958	3123	1966	7990
1959	9102	1967	8552
1966	3668	1968	18344
1961	5063	1969	16959
1962	7138	1970	9511
		1971	

Fonte: ANDRADE, E. Silva. As Ilhas de Cabo Verde da Descoberta a Independência Nacional (1460-1975). Paris. Editora L` Harmattan. 1996. Pag 219.

Neste quadro podemos constatar que a pozolana era um produto de rendimento e de boa qualidade. Pois servia para exportação contribuindo deste modo para edificação de grandes infra-estruturas em Cabo Verde e noutras colónias portuguesas. Através da pozolana vão construir grandes infra-estruturas portuárias dos quais “o da ilha de S. Vicente, do Funchal, Porto Novo, de Pipas nos Açores, da Figueira da Foz, de Sesimbra, da Horta nos Açores, de Sines, da Beira em Moçambique, da Matola em Moçambique, da Mocimboa, da Paria de Moçambique, entre outros”²².

Quanto aos transportes é de realçar que eram muito deficientes, tanto os terrestres como os marítimos. Nos terrestres podemos dizer que era quase inexistente, existindo somente um carro que fazia fretes dentro da localidade e não satisfazia as necessidades das populações. Não havia estradas. Nesse período havia somente uma pequena estrada em péssimas condições por ser em terra batida. Quanto aos transportes marítimos, nessa época havia alguns navios que faziam a ligação marítima com as outras ilhas, com particular destaque para a ilha de S. Vicente. Esses navios eram a vela e passavam dias no alto mar, para chegar ao porto de destino.

Em Porto Novo havia nesse período um desembarcadouro que ficava localizado na orla marítima, enraizada na ponta de Alto Peixinho, onde é hoje o cais. Serviu por muito tempo como porto de embarque e desembarque, destinado sobretudo à pessoas e mercadorias. Para a realização das viagens, os navios ancoravam na baía do Alto Peixinho para receber os carregamentos que eram descidos à partir de uma escada que ficava na estação. Tudo era colocado em pequenos botes que os levava até o navio.

²² Companhia da Pozolana de Cabo Verde II série nº 25 de 24 de Novembro de 1966.

As embarcações utilizadas não proporcionavam um bom índice de produtividade, pelo facto de não existir as mínimas condições de segurança na operação, e o sistema de movimentação, que era bastante arcaico fazendo com que no decorrer das operações portuárias surgissem alguns conflitos tanto laborais como nos intervenientes na mercadoria. Esta situação permaneceu até a década de 60 do referido século altura em que foi construído o cais acóstavel.

Já nos finais da década de 70 podemos ver consolidadas as áreas centrais e um despontar de edificações noutros bairros como Chã de Camoca, Ribeira de Corujinha, Abufadouro, Alemanha e Peixinho, de acordo com a carta de S. Antão, realizada em 1979 pelo serviço cartográfico do exército português.²³

No que diz respeito as actividades religiosas tudo centrava na capela que se situa na zona de Ribeira da Igreja, lugar onde se realizavam todas as acções religiosas das quais a missa, a catequese, o baptismo, entre outras. Mas na época não existia um pároco permanente, e vinha sobretudo do concelho de Ribeira Grande de quanto em vez. A actividade religiosa mais destacada é a tradicional festa de S. João Baptista que é o Santo padroeiro desta freguesia constituindo um rico património cultural e considerado o momento mais importante da vivência religiosa do concelho.

Este santo foi introduzido em Portugal em devoção ao de S. João evangelista no século XIII. Embora não se sabe o certo a data que foi introduzida no arquipélago de Cabo Verde podemos supor que deve ter sido na época dos descobrimentos momento que Portugal tinha o objectivo de expandir a fé cristã. Hoje S. João é festejada em várias ilhas de Cabo Verde das quais Santo Antão.

Relativamente a celebração desta festa no Porto Novo, Moacyr Rodrigues, escritor que muito tem estudado as festas de romarias, aborda essa questão no seu livro intitulado “ Cabo Verde Festas de Romaria Festas Juninas” falando da história desse Santo através de uma lenda que diz que uma senhora de nome “Mã-Maia” encontrou a imagem do santo numa das praias dos Carvoeiros quando estava a procura de algo para o seu sustento. Ela levou o Santo para a gruta onde morava, depois colocou-o numa capelinha que existe na Ribeira da Igreja nos (Carvoeiros). Passou toda a vida a cuidar do santo. Certo dia não tendo óleo para colocar

²³ Plano de Desenvolvimento Urbano de Porto Novo. Ministério das Obras Públicas. Agosto de 1991.

na sua candeia e na do Santo, a mulher diz para o Santo *“João hoje vais ficar aqui sozinho porque não tenho nada para os dois. Bom é eu partir”*²⁴. A mulher saiu e deixou o santo, e indo de novo nas praias encontrou uma tartaruga matou-a, dela extraiu muita carne e óleo que colocou nas candeias e a partir daí ela começou a honrar a imagem do Santo.

Ele escreve sobre o assunto mas coloca uma suposição, a cerca dessa lenda que pode ser do início do século XIX ou seja a partir do ano 1825. Facto que parece credível porque ainda há pessoas²⁵, que dizem que essa senhora de facto viveu em Porto Novo. Através desse relato, fica a entender que as comemorações da festa de S. João começaram a partir dessa época. Mas, perguntamos, se antes existia a freguesia de nome S. João Baptista cuja sede se localizava na localidade de Ribeira das Patas pode-se questionar se ali faziam a festa do Santo patrono, podendo ser remoto a essa época, porque se a freguesia tem o nome de S. João Baptista deve ter uma história relacionado com este nome.

Seja como for, podemos dizer que a festa de S. João é celebrada na localidade dos Carvoeiros deste do início do século XX. Esta festa é realizada em meados de Junho, período que começam a chegar pessoas oriundas de outras freguesias da ilha, constróem as suas barracas com paus de sisal, esteiras e panos, e estabelecem neste sítio durante 5 dias enquanto decorrem os festejos. Essas pessoas, maioritariamente pequenas comerciantes, vendem de tudo um pouco como fungos em folhas de bananeira, funginho de frigideira, cuscuz, rosários, e roscas, preparados nas barracas, tradição que permanece até os dias de hoje. Actualmente vêm pessoas de outras ilhas para comercializar outros produtos como géneros alimentícios, vestuários, entre outros. E os festejos terminam no dia 25 Junho com a tradicional festa de “S. Jonzim” em Ribeira das Patas que começou a ser festejada a partir dos finais do século naquela localidade do interior do concelho.

Ainda há um mito que diz que com o aumento populacional nos Carvoeiros com o decorrer dos tempos, o Santo fugiu para a localidade de Ribeira das Patas, e ficou estabelecido nessa região onde é menos barulhento, para sair da turbulência dos Carvoeiros. Dali ele sai somente no dia 23 de Junho de cada ano onde é feito uma peregrinação que consiste em fazer o trajecto Ribeira das Patas/Porto Novo, um percurso de 22Km, regressando no dia 25 de Junho.

²⁴ RODRIGUÊS, Moacyr. **Cabo Verde Festas de Romarias Festas Juninas**. Mindelo. Largo Jonh Miller. 1997. Pag.26.

²⁵ Referimo-nos a passagem dessa informação por sucessivas gerações, através da oralidade.

Embora não se sabe a data concreta do começo da peregrinação que mantém até os nossos dias, de acordo com entrevistas feitas a personalidades de Porto Novo, dizem que na década de trinta já se faziam a viagem. O santo era carregado inicialmente na cabeça de mulheres. Esse percurso é de grande festa, os peregrinos vão buscar o Santo em Ribeira das Patas, acompanhadas de “tamboreiros” ao rítmico do “kola San Jon”, as mulheres dançam entre elas ou entre os homens dando voltas requebrando o que se segue a um umbigada em simulação ao acto sexual.

Nessa viagem vai pessoas de todas as idades inclusive crianças, havendo um certo entrosamento porque há peregrinos que vêm de Ribeira das Patas a Porto Novo, e há outros que vêm de Porto Novo ao encontro dessa popularidade. Esta manifestação religioso-cultural constitui o ponto mais alto da festa de S. João.

No trajecto aparece as pessoas pagadoras de promessas e levam tudo para abastecer todo o povo, comida e água, não deixando de fora o famoso grogue. Como dizem serve para aquecer o corpo e para abrir o apetite. Uma demonstração religioso-cultural que mantém até os dias de hoje. Depois dessa manifestação segue-se os bailes de S. João, feitos em casas particulares.

Com o passar dos tempos a festa vai-se ganhando outros contornos. É comemorada com outros estilos, surgido actividades recreativas desportivas e culturais. E ao chegar o dia de S. João as pessoas vão a missa pagar promessas, que consiste no rodear a igreja entre outros juramentos, consoante for o pedido ao santo devoto e depois segue-se a procissão que se estende as principais artérias da cidade. As pessoas trazem várias ofertas ao santo devoto desde animais, verduras, entre outros. Esses são colocados na praça a fim de serem vendidos sendo que o lucro é destinado a paróquia.

Mas o quotidiano religioso manifesta-se também noutras dias e locais. Assim, ainda neste concelho realizam outras festas de romarias dos quais a festa de S. André realizada no dia 30 de Novembro comemorado na localidade de Ribeira da Cruz, traduzido em diversas actividades religiosas e culturais, nossa Senhora de Fátima celebrado em Alto Mira com actividades religiosas e culturais, a festa de Páscoa, comemorada no Tarrafal de Monte de Trigo e Chã de Morto em Ribeira das Patas com actividades religiosas e culturais desportivas e recreativas.

No respeitante aos aspectos sociais, com reflexos na densidade populacional, é de salientar que nesse período em estudo Porto Novo sofria com mais uma crise cerealífera bastante

delicada. Não afectou somente Porto Novo mas também as outras ilhas de Cabo Verde. Essa fome ficou mais conhecida no seio das comunidades como “*fome de 47*”²⁶, foi uma grande catástrofe para o país causando muitas mortandades.

No relato desse acontecimento histórico na nossa sociedade podemos referir que no caso de Porto Novo houve algum complemento que ajudou de uma forma muito desesperada a comunidade. Segundo as pessoas que nos cederam as entrevistas, nesse período no concelho teve encalhe de um navio nas encostas, mais concretamente na zona de *Praia formosa*. Foi uma embarcação pertencente a uma companhia norte-americana de nome Prudential Steamship Coorporation originário da cidade de New York, tinha o nome de “*John E. Schmettzezer*”, transportava cerca de 7. 176 Toneladas brutas de milho, sêmea e sementes de girassol. Pertenceria a classe liberty que foram construídos no plano de guerra americana para fazer a face as crescentes necessidades de abastecimento às populações dos vários pontos do continente europeu, com objectivo de minimizar o sofrimento dos povos devastadas pela 2ª grande guerra mundial. Vinha precisamente da América do Sul e tinha como destino a Suécia.

Ao encalhar nesta localidade, este navio trouxe um certo benefício para as populações de Porto Novo e da ilha de S. Antão no geral, mas também alguma desgraça. É que o local terá sido alvo de muita procura por parte de gentes oriundas de todos os cantos da ilha à procura do cereal que o navio transportara. Cereal esse que continuou sendo consumido mesmo após a sua completa podridão com todas as consequências daí advenientes nomeadamente intoxicação das pessoas.

No entanto, também é verdade que salvou a vida de muitas pessoas, talvez as que se encontravam um pouco mais “resistentes” e cujos organismos resistiram os efeitos maléficos dessa alimentação.

Nessa altura as populações residentes em Porto Novo rodavam cerca de 10366 habitantes, de acordo com o recenseamento geral da população realizado na década de 40 até 1960, e

²⁶ Muitas das informações referentes a essa epidemia, chegaram até nós através da oralidade. Foi uma realidade que marcou tão profundamente as gentes de Santo Antão mas infelizmente ainda hoje, embora tenha havido algumas anotações esporádicas sobre o assunto, a verdade é que este fenómeno continua por estudar de forma mais sistemática e profunda. Hoje, muitos a conhecem graças a uma das peças teatral do grupo santantonense “Juventude em Marcha” que muito bem soube trazer para o palco a fome de 47 e suas consequências, através da peça a que intitularam “Canjana”.

estavam assim distribuídos: A freguesia de S. João Baptista contava com 6019 habitantes, e a de S. André 4347 habitantes.²⁷

2.3 Porto Novo concelho

Depois de ter funcionado como posto administrativo na década referida anteriormente, nos anos 60, Porto Novo sobe a um outro patamar, com a sua elevação à categoria de concelho de 3ª classe abrangendo as freguesias de S. João Baptista e S. André com sede em Porto Novo, numa altura em que foi também elevada à categoria de vila a 2 de Setembro de 1962, de acordo com o diploma legislativo ministerial n.º 7 assinada pelo então Ministro do Ultramar Adriano José Alves Moreira. Pode-se dizer que esta elevação prende-se com um conjunto de factores que terá contribuído para o seu crescimento, nomeadamente a construção do cais e a estrada que liga Porto Novo a Ribeira Grande. Foram decisivos para o desenvolvimento de Porto Novo em particular e de S. Antão no geral, fazendo com que surgisse uma valorização social da região facultando melhores condições para circulação de pessoas e mercadorias.

O cais acostável, construído logo após o término das obras portuárias em S. Vicente, para a acostagem de navios com deslocamento na ordem de 4000 toneladas. Constituiu um bem inestimável para os transportes marítimos, permitindo deste modo a entrada e saída de barcos, pessoas e mercadorias dos quais a (pozolana) em melhores condições, fazendo com que houvesse uma progressão do comércio em Porto Novo. A sua plataforma de utilização de cais nº 1 tem cerca de 1000m² com largura constante de 9.0 m enquanto a forma de enraizamento (cais nº 2, 3 e 4) tem uma área total de cerca de 3000m² e uma largura que varia entre 15 a 35 m.

Constatamos que este porto trouxe alguns impactos para Porto Novo fazendo com a região fosse mais valorizada. Desses impactos podemos apontar o seguinte:

- Com a construção do cais vai facilitar o incremento comercial com a ilha de S. Vicente; Permitiu melhor acostamento de navios; recebeu navio mais volume de carga; houve mais aumento dos transportes terrestres; teve mais impacto na actividade

²⁷ ANDRADE, José. **Migrações Cabo-verdianas**. In: Descoberta das ilhas de Cabo Verde. AHN. Praia. 1998. Pag.79.

piscatória; passou a ser porto de abrigo para o abastecimento de água e outros géneros, serviu para exportação da pozolana e o seu derivado.

Não obstante alguns avanços em matéria de transportes, acontece que ainda na década de 80 encontramos várias localidades encravadas, como exemplo o Tarrafal de Monte Trigo, Alto Mira, Martiene. Hoje as ligações com essas localidades no interior do concelho, existem, mas separa alguns casos, pode-se falar em estradas razoáveis que fazem tal ligação, noutros, como é o caso do Tarrafal de Monte Trigo, o mesmo não se pode dizer. Trata-se de uma das localidades do interior com maiores potencialidades agrícolas e piscatórias, porém, deu o seu contributo para o desenvolvimento económico do concelho podia ser melhor, caso as infra-estruturas rodoviárias tivessem as condições mínimas de funcionamento.

Relativamente a administração do concelho podemos salientar que foi a partir do ano de 1963 que foram aprovadas os quadros e o pessoal da administração da Câmara Municipal do jovem concelho, de acordo com a portaria n.º.6748, repartidos nas seguintes categorias:

Pessoal dos quadros aprovados

- I - Secretaria; tesouraria e fiscalização. A - Serviços administrativo; pessoal vitalício; aspirante; oficial de diligências; B – Serviços de fiscalização; pessoal contratado; zelador; C -Serviços auxiliares; pessoal assalariado; servente; II - Serviços de cemitérios; pessoal assalariado; guarda-coveiro; III – Serviços judiciais; pessoal contratado e carcereiro.

A partir dos anos 70 em Cabo Verde houve algumas alterações no que tange a administração. Foram criadas alguns intermediários concernentes a administração em todos os concelhos abrangendo deste modo o concelho do Porto Novo. Assim, foram criadas as comissões administrativas no governo de transição do estado de Cabo Verde, de acordo com o decreto-lei n.º. 5/75 de 22 de Janeiro, que determina a criação das comissões. No ano de 1975 com a independência de Cabo Verde vamos ter outros órgãos de administração conforme é redigida no decreto-lei n.º. 58/75 de 13 de Dezembro.

Já nos anos 90 houve mais alterações em Cabo Verde quer em termos políticos como administrativos, com a abertura política, (sistema pluripartidário). Foram realizadas as primeiras eleições legislativas em Cabo Verde e posteriormente as primeiras eleições autárquicas mais concretamente a 17 de Dezembro de 1991 e assim em todos os concelhos

foram abolidas os secretariados administrativos que passam a ser designados novamente Câmaras Municipais, entre as quais a do Porto Novo.

2.4 Aspectos da sociedade

Apesar de ter enfrentado vários obstáculos ao longo da sua história, particularmente no período a que reportamos, Porto Novo conseguiu manter um certo equilíbrio populacional nas suas freguesias, tendo tido um aumento por causa da grande movimentação de pessoas, provocado por uma emigração intensa para a sede do concelho.

Assim podemos apontar a evolução da população do concelho desde 1960 até 1990 da seguinte forma: começou com uma população que estimava 10. 683 efectivos (31, 5 % da ilha) passando de sucessivamente 13. 593 (30, 3 %) em 1970; 13.236 (30,6%) em 1980 14. 875 (33.9 %) em 1990 14. 873 (34, 4 %), distribuídas por 30 localidades dispersas.²⁸

Este aumento populacional deve-se sobretudo a factores como, criação do concelho, construção do cais acóstavel, e das estradas que liga Porto Novo a Ribeira Grande bem como à outras zonas do interior. É assim que o crescimento populacional tem o seu predomínio mais na sede do concelho, onde as populações do interior aspiram encontrar melhores condições de vida. Mas, como consequência do forte êxodo rural assiste-se a despovoação e desertificação dalgumas comunidades rurais, como é o caso dos planaltos norte e sul, hoje praticamente desertos. Por outro lado na sede do concelho, assiste-se o surgimento de bairros degradados com um crescimento desorganizado com todas as consequências negativas daí advenientes.

Para caracterizar a situação de vida dos habitantes deste concelho com particular ênfase nos da sede, temos como principal problema a questão da habitação, onde encontramos pessoas a viver nas grutas, nessas épocas referidas anteriormente.

Relativamente a educação, a situação do ensino veio melhorar a partir dos anos 80 com o surgimento de várias escolas tanto em Porto Novo como no interior. Temos o Ciclo Preparatório que começou a funcionar nesse período em casas particulares em Porto Novo,

²⁸ MONTEIRO, César. **Sociologia Urbana uma Cidade-Porto em Construção: A Questão Urbana na Perspectiva do Desenvolvimento Integrado**. Editora Separata Direito e cidadania 2004. Pag. 104.

destinado a todos alunos do concelho. Mais tarde construíram um edifício próprio, e posteriormente construíram um outro Ciclo Preparatório na localidade de Ribeira das Patas.

Mas, isso não foi suficiente para as necessidades das populações, porque para os que queriam prosseguir os estudos, tinham de deslocar à ilha de S. Vicente dado a inexistência de estabelecimento Liceal na ilha de Santo Antão. Situação que viria a mudar na década seguinte, altura em que surgiu o Liceu de Ribeira Grande e posteriormente o do Porto Novo no ano de 1992.

No entanto, nos anos 90 podemos dizer que em Porto Novo havia um baixo nível de instrução da população. De acordo com o recenseamento geral da população do ano de 1990, 41% da população do concelho possuía baixo nível de instrução, e a grande maioria só possuía o nível de instrução primário. Apenas 1,9 % da população possuía o nível de instrução secundário e complementar e 0% o nível do pós secundário. Quanto aos sexos, o feminino aparece numa posição mais desfavorecida em relação ao masculino.

Quanto a saúde, podemos referir que, logo no início da criação do concelho esteve a funcionar em condições muito precárias por não existir médicos e instalações hospitalares em boas condições. Mas, com o tempo houve algumas melhorias no sector. Esse avanço tem haver com as instalações, isto porque, passou a funcionar no edifício do antigo quartel militar embora ainda com algumas carências concernentes a médicos, enfermeiros entre outros. Na década de 80 houve melhorias consideráveis, porque nesse período foi construído na vila um centro de saúde que oferecia condições mínimas, para internamente de doentes, começou a funcionar com um médico e alguns enfermeiros, dispondo de 20 camas para internamentos.

Nos anos 90 a situação começa a melhorar embora de forma lenta. Assim, vamos ter mais médicos e enfermeiros; a presença do PMI-PF que sempre vem fazendo um trabalho eficiente no seio das populações, além de algum melhoramento em termos de infra-estruturas.

Em relação ao saneamento, podemos referir que no momento da criação do concelho a situação era bastante deficiente. Só recentemente no concelho passou a funcionar uma rede pública de esgotos. A recolha do lixo é bastante deficiente existindo alguns contentores nas zonas mais ao centro e nas zonas periféricas.

A pobreza é um mal social presente neste concelho. É o mais afectado a nível da ilha de S. Antão e também um dos mais pobres a nível nacional.

Com uma população activa de 5.784 habitantes de acordo com o censo de 1990 havia uma taxa de desemprego que passamos a apresentar no quadro:

Localização	Taxas de Desemprego		
	Total	Masculino	Feminino
Porto Novo	39,4	34,3	50,5
Meio urbano	39,1	36,9	43,1
Meio Rural	39,5	33,3	54,3

Fonte: Programa da luta contra pobreza, fornecido pela Câmara Municipal do Porto Novo.

As pessoas vivem na esperança das chuvas, com rendimentos baixos, são poucos os que conseguem construir uma habitação. As vezes são construídas de blocos e coberto de betão carecendo acabamentos, sem instalações sanitárias e com mínimo de compartimentos. A Câmara tem ajudado algumas famílias a ter moradias próprias. Ainda vêm-se abrindo postos de trabalhos para ajudar as populações, designadamente as FAIMO (frentes de alta intensidade de mão-de-obra). É um sector de actividade que integra os pobres sendo na maioria pessoas analfabetas sem nenhuma qualificação profissional. Este constitui uma herança colonial criada essencialmente para prevenir de calamidades, provocadas por secas alarmantes.

A partir dos finais do século XX vêm surgindo no concelho alguns ON´G nomeadamente: Caritas, BORNEFOND, Cruz Vermelha, MORABI, Atelier Mar, ADPN (Associação para o desenvolvimento do Porto Novo) ADU (Associação para o Desenvolvimento Durável de Santo Antão), Juventude em Marcha e Associações Comunitárias. Essas organizações têm ajudado muito as populações mais carenciadas dando assim mais ênfase a elevação dos níveis socio-económicos das populações.

BORNEFOND é uma organização não governamental Dinamarquesa têm ajudando muito algumas famílias carenciadas no domínio da Saúde, Educação, habitações sociais, mobiliários e outros. A ajuda consiste no apadrinhamento de uma criança de uma família pobre, por um casal dinamarquês mediante solicitação dos pais, através de uma representação desta organização na ilha. Esta organização, tem contribuído muito no sucesso a nível da educação escolar no concelho do Porto Novo e na ilha de Santo Antão no geral.

A **cáritas** actua no concelho através da paróquia de S. João Baptista. Tem o acento na saúde, educação, nutrição, e habitação. Opera principalmente na sede do concelho e nas localidades do interior como (Ribeira das Patas, Chã de Feijoaal, Pascoal Alves, Chã de Norte, Sul, Tabuga e Manuel Lopes).

A **Cruz Vermelha** possui uma representação de carácter social no concelho. Intervêm na infância, juventude, na terceira idade, na saúde, na habitação, na protecção e integração social. Na infância e juventude o seu plano preconiza a luta contra o tráfico de drogas, delinquência, desvio de tendência para o aparecimento de crianças de rua, e prostituição. Trabalha através de campanhas de sensibilização, criação de espaço apropriado para ocupação dos tempos livres com programas educativos. Na terceira idade contribui para a oferta e entrega até ao domiciliário de uma refeição quente aos idosos.

No que diz respeito as instituições, na década de 70 Porto Novo adquiriu mais um empreendimento que veio mudar a situação das populações. Como é o caso da central eléctrica que veio trazer melhoria de vida para as populações porque facilitou aparecimento de pequenas indústrias. Este projecto foi realizado pelo Departamento de Electricidade da Direcção Nacional de Industria Energia e Recursos Naturais do Ministério da Coordenação Económica. Assim, com a electrificação de Porto Novo vai haver iluminação no cais acóstavel.

Nos anos 80 já existia em Porto Novo algumas escola do ensino primário e ensino básico complementar, um centro de Saúde, centro social da OMCV, uma instituição bancária, Jardins infantis, um estádio de futebol, secretariado administrativo.

Já nos anos 90 possuía outras instituições nomeadamente uma Delegação do Ministério da Educação Ciência e Cultura, uma Delegação INGRH, um Centro de Alfabetização, uma delegação do ICM, do INDP, uma delegação da MAAA, uma delegação do Instituto Nacional das Cooperativas (INC), um delegação da MORABI, uma instituição da Caritas, uma da Cruz Vermelha e do BORNEFOND.

2.5 Aspectos da economia

Relativamente a economia podemos dizer que na década de 60 temos ainda como base de sobrevivência das pessoas a pesca, agricultura pecuária, e o comércio.

Na actividade comercial houve uma certa progressão. Porque vamos ter a presença de negociantes de todos os concelhos para comercializar os seus produtos em Porto Novo, como mandioca, batata, hortaliças aguardente entre outros. Esse comércio apresentava algumas carências. A primeira tem a haver com a deficiência de transportes na comunidade e de estradas carroçaveis, com predomínio de algumas zonas isoladas como é o caso do Tarrafal de Monte Trigo que comercializava directamente com a ilha de S. Vicente.

Na década de 80 Tarrafal era a principal fornecedora de água para as populações da ilha de S. Vicente. Existia uma companhia de Comércio de nome “**Companhia Ferro**” que fazia o comércio de água doce. Possuía o monopólio de exploração da água, que era transportada num navio de nome vulgar “*Vaporim de água*”. A água era comercializada em S. Vicente sem nenhum controle institucional. Não trazia nenhum lucro para os proprietários das terras onde existia a água mas trazia algum benefício aos comerciantes que vão tendo um contacto permanente com as populações mindelenses.

A partir da década de 70 vamos ter mais uma evolução comercial com a criação de empresas que vai abranger o sector público e privado sector cooperativo e informal. No sector público tínhamos a presença das empresas, EMPA, e ENACOL. Os sectores cooperativos e informais estão representados por dezenas de vendedores feirantes e alguns intervenientes na cadeia intermediários produtor-consumidor para os produtos nacionais e importados.

A EMPA foi uma empresa comercial que ajudou muito as populações e Cabo Verde em geral e Porto Novo em particular. Contribui com a comercialização de produtos de primeira necessidade, e de matérias de construção de entrega ao domicílio. Em Porto Novo, a empresa possuía uma delegação com um armazém de capacidade de 5.700 toneladas, estava representada com centena de feirantes e alguns intermediários.

As empresas, SHELL e ENACOL asseguram o abastecimento de combustível ao concelho em regime de concorrência no qual adaptaram uma politica de revendedores distribuídos por todas as preferias do concelho.

No sector privado tinha um peso bastante significativo no comércio no concelho. Segundo um documento oferecido pela a Câmara Municipal existia na altura cerca de 115 operadores sendo dois importadores / grossistas e 113 retalhistas cerca de 38,5 % da ilha.

As cooperativas que têm uma presença um pouco expressiva no concelho e operam em plena competição com os privados, no total eram 16 representada por toda a ilha de S. Antão, já no concelho encontramos cerca de 7 e que estão associadas a numa união das cooperativas de Santo Antão a UNICOP S A.

Relativamente as indústrias podemos dizer que temos a presença de pequenas indústrias que consistiam na transformação da cana-de-açúcar em aguardente, fabricada no concelho, de boa qualidade exportada para as outras ilhas. Constituía um produto de contrabando que passava essencialmente por Porto Novo e de seguida para S. Vicente. É produzida nas regiões como Tarrafal, Ribeira das Patas, e Ribeira da Cruz.

Nos finais do século passado Porto Novo já contava com um centro de transformação de produtos de terra com sede na vila actuando com varias realizações com ajuda da Câmara Municipal. Contava com uma secção de charcutaria (onde fazem mortandelas presunto, patê, e linguiça), uma secção de queijaria, labora nos moldes de industriais mais actuais. O centro albergava no total de 12 trabalhadores distribuídos nos sectores acima mencionado. Tem um centro pecuário onde se fazem a criação de cabras leiteiras, com objectivo de fornecer leite e carne, fornecia cerca de 800 litros de leite dia maior que a capacidade do recipiente instalado que era de 550 litros. O centro foi financiado pela cooperação luxemburguesa que forneceu os equipamentos e a Câmara fornecia gratuitamente a electricidade.

Quanto a actividade piscatória é de destacar que constitui uma actuação bem presente no concelho embora praticada de forma tradicional: temos uma baixa frequência de saídas para o mar, aprovisionamento irregular do isco, devido a carência de arrastadores de botes, inadequação de embarcações, deficiente cobertura de infra-estruturas de frio e comercialização do pescado.

Nas regiões do interior por exemplo no Tarrafal é uma zona com grandes potencialidades concernentes à pesca por terem grande variedade de pescado não obstante continuar sendo uma actividade muito rudimentar.

Nos anos 90 temos a presença de 56 botes repartidos da seguinte forma:

Zonas	Botes com motor	Botes sem motores	Total de botes	Números de pescadores
Porto Novo	21	3	24	100
Monte trigo	13	2	15	76
Tarrafal	12	2	14	68
Ribeira Torta	1	1	2	15
Ribeira da Cruz	1	-	1	8

Fonte: Programa de redução da pobreza / Câmara Municipal do Porto Novo

No que diz respeito a actividade agrícola praticavam a agricultura de sequeiro e de regadio, que constitui uma actividade muito antiga na região. Embora com certa deficiência, vem ganhando espaço, com influência de cultivo de várias espécies dos quais batata-doce, mandioca, e produtos hortícolas. Evoluindo de certo modo e passando ser exportado para a ilha de S. Vicente embora certas dificuldades por causa de estradas para o transporte.

Já nos finais do século XX foi realizado um recenseamento agrícola a nível nacional, no caso do concelho de Porto Novo a repartição de terrenos agrícolas estavam separados por terrenos de sequeiro e de regadio totalizavam 30.620 ha e (694 parcelas) respectivamente. As parcelas de sequeiro são em media mais extensas do que os de regadio sobretudo na freguesia de S. André. As actividades agrícolas apresentam uma baixa produtividade, sendo as culturas de maior expressão o milho e o feijão nos terrenos de sequeiro e da cana sacarina nos terrenos de regadio, embora com alguma presença do cultivo do feijão congo nalgumas regiões onde praticam a agricultura de regadio.

A baixa produtividade no concelho está relacionada com uma série de factores dos quais podemos apontar:

- Baixos rendimentos e perdas de produção determinadas pela seca que sempre assola o concelho;
- Deficiência estacional de água;

- Presença de ventos secos e quente (harmatão) que aumenta consideravelmente a temperatura e subsequente evapo-transpiração;
- Pragas e doenças nas culturas, entre outros.

A ausência das precipitações vem-se reflectindo directamente na diminuição dos caudais dos nascentes, colocando deste modo o problema de água para abastecer as populações. Por exemplo nas zonas onde se praticam a agricultura de regadio houve uma certa diminuição do caudal das nascentes e essas regiões transformaram-se em terrenos de sequeiro. Para resolver a situação foram levados a cabo um projecto para exploração de águas subterrâneas abrangendo as zonas de Manuel Lopes, Casa-do-Meio, Jorge Luís, Ribeira Fria, Ribeira dos Bodes, Ribeira da Cruz, o que tem contribuído para alguma melhoria no sector agrícola.

Passaram também a utilizar o sistema de rega gota-gota, utilizado sobretudo nas outras ilhas das quais a de Santiago. Esse sistema de rega contribuiu de uma forma muito razoável para a economia da região. Foi instalada primeiramente em três localidades a saber, Ribeira das Patas, Casa-do-Meio, e Lajedos. Através desse empreendimento houve uma melhoria na produção agrícola. Mas, essa medida não foi muito significativa por causa de limitações financeiras dos agricultores por terem dificuldades em adquirir sementes e pesticidas.

No respeitante a pecuária constitui uma outra fonte de rendimento das populações, praticada essencialmente nas extensas regiões desertas favorável a pratica da criação de animais embora com alguma dificuldade por causa das condições agreste do clima. Há uma predominância de criação de animais em muitas regiões deste concelho como por exemplo no Planalto Norte, Sul, Lagoa, Planalto Leste, arredores de Porto Novo.

De acordo com um estudo realizado no ano de 1994, o número de famílias que viviam da pastorícia no concelho com cerca de 71,8%. As espécies mais representativas foram, o gado caprino, suíno, avícola, bovina e ovina. Constatou-se também que a caprinicultura, suinicultura avicultura constituíam uma actividade base de grandes números de famílias.

Também neste sector de economia há alguns constrangimentos dos quais podemos citar:

- A primeira é questão da água que constitui um bem escasso no concelho apresentando grandes oscilações durante o ano;

- Deficiente fornecimento de materiais biológicas nomeadamente raças melhoradas;
- Díficil capacidade de investimento dos criadores;
- Deficiente sistema de transformação, conservação e comercialização de produtos.

O sector da construção civil também constitui mais uma fonte de rendimento, com execução de obras públicas sobretudo nas construções de administração pública e municipal sustentado principalmente por empresas privadas.

Relativamente as infra-estruturas, de destacar a construção da primeira instituição bancária na sede do concelho, ainda nos anos 80, como atrás dissemos. Uma instituição possuidora de capacidade de intervenção financeira e tem desempenhado um papel preponderante no desenvolvimento económico do concelho.

Relativamente a telecomunicações nas comunidades temos, na década de 80, a presença dos CTT, que estava representada somente na vila de Porto Novo, mas com certa irregularidade com ligação de telefones domiciliários um pouco deficiente. Hoje a situação tende a melhorar com uma cobertura em quase todo o meio rural do concelho.

CAPÍTULO III

Porto Novo, Hoje

Neste capítulo vamos mostrar a situação do concelho do Porto Novo a partir do ano 2005, altura em que a vila foi elevada à categoria de cidade, pelo decreto-lei n.º 78/VI/2005 de 29 de Agosto. Procuraremos mostrar o evoluir de alguns sectores com particular ênfase os domínios, institucionais, económicos e sociais.

3.1. Aspectos institucionais

Porto Novo sempre tem vindo a enfrentar muitos obstáculos ao longo da sua história mas apesar disso a situação foi-se progredindo rumo ao desenvolvimento.

No momento da sua elevação à cidade Porto Novo, em termos institucionais contava com uma Delegacia de Saúde, um Tribunal, uma Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, Delegação do Ministério das Finanças, Delegação do Ministério da Agricultura e Pesca, Conservatória de Registos e Notariado, Policia de Ordem Pública, Correios e Telecomunicações, Enapor, Alfândega, Centro de Juventude, Delegação Marítima, Delegação do INERF, INGRH e duas agências Bancárias (uma do BCA outra da Caixa Económica).

Em termos administrativos a Câmara está dividida em departamentos cada um chefiado por uma pessoa nomeada pelo Presidente. Encontra-se dividida da seguinte forma: A parte Administrativa, Departamento Técnico de Obras e Urbanismo, Departamento de Acção Social, Educação Cultura e Desporto, serviços desconcentrados e Delegações municipais. Portanto, Porto Novo dispunha, no ano de 2005 as infra-estruturas institucionais que justificaria a sua elevação à categoria de cidade.

3.2 Desenvolvimento Económico

As principais actividades económicas continuam dependentes da agricultura, comércio, e pecuária.

No que diz respeito a actividade agrícola, tem o principal predomínio da agricultura de sequeiro, e de regadio. Apesar das difíceis condições naturais, a pecuária constitui uma das poucas potencialidades económicas do concelho e assume uma grande importância pelo facto do concelho existir extensos campos de pastagens. As regiões que apresenta a melhor vocação pastoril e silvo-pastoril, por excelência, com destaque na caprinicultura, continuam sendo as do Planalto Norte, Sul, Lagoa, Planalto Leste, zonas periféricas do concelho.

Possui pequenas indústrias, tendo a primeira fábrica de cimento do país, inaugurada no dia 23 de Junho de 2005 pelo Primeiro-ministro de Cabo Verde Dr. José Maria Neves. A iniciativa foi do grupo Stefanina, viabilizada pelo governo, não só pelo aval positivo à implementação da unidade industrial como também pelos incentivos fiscais previstos na convenção de estabelecimento da CABOCEM. Esta unidade industrial abrange uma área de 30.000², prevê a produção de 150 toneladas de cimento, 1.000.000 telhas por ano.

Dispõe ainda de uma unidade industrial de produção de queijos, e charcutaria, transforma parte importante da produção do concelho nomeadamente na sede e arredores aumentando a procura e estabilização com os preços.

No concelho ao que refere a pesca, tem uma unidade de armazenamento e conservação de pescado. Embora continua sendo praticada de forma artesanal, nas zonas costeiras, utilizando os instrumentos como linhas, redes, cercos, e redes de praia, em botes de boca aberta, de comprimento entre 4,5 metros e 6 metros com propulsão a remos e ou motor de popa. De acordo com um documento que nos foi facultado pela a Câmara Municipal “ o rendimento anual em termos de captura dos pescadores do concelho do Porto Novo apresenta cerca de 300 toneladas. Fazendo cada tonelada a 100.000\$00 (cem mil escudos), o rendimento mensal de cada pescador é de 9.500\$00. Considerando uma existência actual de 300 pescadores e

peixeiras e uma média de 5 pessoas por família, não há dúvidas que cerca de 1500 pessoas vivem directamente da pesca ou seja cerca de 9% da população.²⁹

A actividade comercial aparece como um sector de extrema importância para o concelho abrangendo o sector público, privado cooperativo e informal. Este ramo enfrenta algumas dificuldades dos quais a baixa “rotação de stocks” por causa do fraco poder de compra da população, na sua maioria carente a alta concorrência do mercado paralelo, preços mais elevados que a media nacional, fraca disponibilidade financeira dos importadores, inexistência de controlo de qualidade e ineficiência no abastecimento de géneros alimentícios.

No que se refere as vias de transportes, a exiguidade do concelho faz com que haja grandes dificuldades relativamente a esta matéria pelo que os transportes são assegurados por “hiaces” e carrinhas para circulação de pessoas e camiões para o carregamento de mercadorias.

Existe ainda algumas zonas encravadas, nomeadamente o 1º e 2º povoado em Alto Mira, Chã de Branquinho, Pascoal Alves e Monte Trigo. Possui ainda a estrada que liga aos outros concelhos (Ribeira Grande e Paúl), e está em construção uma via que dá acesso a Janela atravessada pelo litoral, iniciada a partir do ano de 2004.

No que refere ao turismo é um sector ainda por explorar no concelho. Porto Novo possui algumas potencialidades de interesse turísticos no como por exemplo, as praias de Armazém, e de Curraletes, praias de areias negras, Praia Formosa, paisagens exuberantes no vale de Alto Mira, Planalto Norte e planalto Leste com maior floresta tropical do país, caminhos vicinais da Rocha Norte, de Monte Trigo à Pascoal Alves, de Alto Mira à Morosos, Topo de Coroa, Catano e Lajedos. É caracterizada com micro-climas dotada com fraca amplitude térmica pela beleza paisagística natural e imponente pela diversidade biológica e climática com existência de uma extensa orla marítima com zonas balneares.

²⁹ CMPN, **Plano Ambiental Municipal**. Porto Novo. Associação dos Municípios Cabo-verdianos 2004.

3.3 Aspectos sociais

No que tange aos aspectos sociais, em Porto Novo existem vários estabelecimentos que servem a demanda das populações. Conta com vários estabelecimentos de ensino dos quais uma escola técnica, uma escola secundária, uma residência estudantil, diversos jardins-de-infância, um centro de lazeres, dois lares de idosos.

Relativamente as infra-estruturas sanitárias básicas têm um Centro de Saúde na sede do concelho, com capacidade para 32 camas, três médicos, sete enfermeiros, um analista, doze agentes sanitários. Existem ainda postos sanitários de base distribuídos pelas zonas de Ribeira da Cruz, Alto Mira, e Tarrafal de Monte Trigo, e catorze Unidades Sanitárias de Base distribuídas pelas diversas zonas do Concelho. Duas farmácias um Posto de venda de medicamento, uma clínica particular, todos na sede do concelho.

Possui algumas instalações desportivas dos quais um estádio Municipal “ Amílcar Cabral”, três polivalentes na cidade, e quatro no interior do Concelho “ Lajedos, Alto Mira, Ribeira das Patas, Planalto Leste, uma pista de corrida de cavalos.

No respeitante ao ensino teve uma evolução com melhorias consideráveis abarcando todos os níveis de educação do pré-escolar, ao secundário abrangendo a via técnica e geral. No pré-escolar em 2005 totalizava 20 jardins infantis e o ensino_básico encontra-se espalhado por todas as freguesias. Existe o sistema de ensino pos-laboral do Ensino Secundário e Alfabetização de adultos adaptada ao concelho.

No referente a protecção civil existe uma esquadra policial, um tribunal com o efectivo de uma juíza, um procurador e oficiais de diligências.

Quanto aos serviços de electricidade tem uma delegação da ELECTRA, que serve as populações com uma central eléctrica no centro da cidade, que contempla ainda as zonas do interior como de Casa-do-Meio, Lajedos, Ribeira das Patas, Alto Mira, Jorge Luís, Ribeira da Cruz, e Martiene. Ainda existe algumas centrais eléctricas em Lombo de Figueira que contempla até a localidade de Ribeirão Fundo, outras centrais em Lagoa, Ribeira dos Bodes, Ponte Sul, Chã de Norte, Tarrafal de Monte Trigo e Monte Trigo.

Relativamente a água consumida em Porto Novo continua sendo um dos problemas da cidade e suas gentes. O consumo continua sendo de má qualidade e é sustentada principalmente pelo furo da zona de Casa-do-Meio. É preocupação da Câmara Municipal criar um serviço autónomo e dessalinização de água subterrânea com capacidade de 500m³ por dia estando os furos já feitos e o alargamento a domiciliária.

O saneamento carece de meios adequados. A recolha de lixo é assegurada pela Câmara Municipal que dispõe de um camião que deposita o lixo na zona de Ribeira de Tortolho. Para o devido tratamento, desloca diariamente de forma alternada não chega em todas as zonas, existindo pessoas que fazem a limpeza nas ruas. Existe ainda uma rede de esgoto, que passa pelas principais artérias da cidade possuindo 369 ligações domiciliários. O escoamento dos resíduos é depositado em cinco fossas cépticas colectivas e contempla somente a cidade.

Quanto as questões ambientais está relacionada com principias factores de degradação e por isso está sendo levada a cabo projectos coerentes à protecção ambiental, em diversas áreas de actuação.

Relativamente as comunicações podemos apontar que o concelho possui uma capacidade suficiente e imediato para qualquer solicitação, possuindo telefones aos domiciliários e telefones públicos rurais. De acordo com um documento que nos foi facultado pela a Câmara Municipal o concelho contava no total de 2.020 clientes assinados, distribuídas por zonas da seguinte forma: em Porto Novo contava com 1269, Ribeira das Patas 182, Alto Mira 133, Ribeira da Cruz 205, Tarrafal 118, Monte Trigo 54. Ao que se refere aos telefones públicos existe nas zonas de Casa de Meio, Lagoa, Ponte de Sul, Manuel Lopes, Chã de Feijoal, Pedra de Jorge, Morrinho de Égua, Chã de Manuelinho, Aldeia de Norte, Lombo das Lanças, Pascoal Alves. Quanto a rede móvel existe apenas em Porto Novo existindo projectos para alargamento da rede móvel nas zonas de Alto Mira, Ribeira da Cruz, Martiene, Lajedos, Ribeira das Patas e algumas zonas do Norte.

No aspecto cultural Porto Novo tem progredido ao longo dos tempos acumulando e divulgando, na medida do possível, aspectos culturais como forma de garantir a sua identidade. Possui uma grande riqueza cultural própria manifestada através do teatro, da música, da dança, particularmente o “Kola san Jon” que constituem a expressão máxima das festas de romaria de S. João.

É de realçar o inestimável contributo que tem desempenhado o grupo Teatral e Cultural Juventude em Marcha fundado no ano de 1984, que tem dado uma valiosa contribuição em prol da valorização da cultura Cabo-verdiana em geral e de Santo Antão em particular. Tem procurado em promover divulgar os valores sócio-culturais no modo geral pelas suas incursões de alta qualidade sobretudo na área do teatro.

No concelho há vários elementos que constituem patrimónios culturais. A destacar temos por exemplo, o quartel Militar, construído na década de 40, que serviu como centro hospitalar e de instrução; temos também a capela de S. João Baptista coberta de palha que se situa na Ribeira de igreja; temos a igreja matriz de S. João Baptista que fica na zona Chã de Itália; uma estatua que simboliza o esforço da mulher santantonense. Em termos artesanais existem grandes artistas com grandes talentos, porém com dificuldade em expor devido a carência de materiais e de formação além do problema de espaço próprio para tal. Temos ainda a aldeia cultural, construída na década de 90 e que tem trazido alguma interação para divulgação da gastronomia de S. Antão. Destaca-se ainda a montagem de trapiches destinado ao fabrico de aguardente que constitui um outro vertente de património do concelho.

Portanto podemos constatar que nos primeiros anos de 2000, Porto Novo reunia já condições mínimas, administrativas, económicas, sociais e culturais que talvez constituíram justificativas ao governo para que em Agosto de 2005, fosse elevada à categoria de cidade com nome de cidade de Porto Novo.

CONCLUSÃO

Da breve reflexão que fizemos acerca do espaço que constitui hoje o concelho de Porto Novo foi-nos possível chegar as seguintes ilações:

1. Até a década de sessenta do século XX, esse vasto espaço, a maior a nível da ilha de Santo Antão, esteve incorporado para todos efeitos administrativos no concelho de Paúl.
2. Uma vez alcançada a sua autonomia administrativa, começou a dar passos rumo ao desenvolvimento, não obstante aos grandes obstáculos particularmente nos capítulos da agricultura e adversidade do meio.
3. A existência do seu porto, e a construção de um novo cais na década de sessenta contribuiu fortemente para o crescimento da sua sede e elevação do concelho à categoria de vila nessa mesma década.
4. Hoje, Porto Novo constitui a mais recente cidade do país. Embora não estejamos em condições de ajuizar se reúne todas as condições desejáveis à uma cidade que se queria no século XXI, diremos apenas que parece estar num processo de crescimento satisfatório, pese embora ser considerado um dos mais pobres a nível nacional.
5. Quisemos com esta monografia dar o nosso contributo trazendo pistas para futuras reflexões à volta da jovem cidade de Porto Novo. Esperemos ter atingido os objectivos preconizados no nosso trabalho e que venha surgir outros estudos sobre Porto Novo, tão pouco tratado na nossa historiografia.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Elisa. Silva. **As Ilhas de Cabo Verde da Descoberta à Independência Nacional (1460-1975)**. Paris. Editora L` Harmattan. 1996.

ANDRADE, José. **Migrações Cabo-verdianas**. In: Descoberta das ilhas de Cabo Verde. AHN. Praia. 1998.

ALBUQUERQUE, Luís. **O descobrimento das ilhas de Cabo Verde**. In: Albuquerque L. (coordenador) SANTOS, M. E. Santos. **História Geral de Cabo Verde**. Vol I. Lisboa/ Praia. CEHCA/ ICT de Portugal e INIC Cabo Verde. 2001.

CARREIRA, A. **Formação e extinção de uma sociedade Escravocrata (1460 – 1878)**. Praia. Editora Instituto de Promoção Cultural. 2000.

ÉVORA, José. **Santo Antão no Limiar do Século XIX da Tensão Social às Insurreições Populares (1886 - 1894). Uma Perspectiva Histórica**. Praia. AHN. 2005.

ÉVORA, José. “ *Separação jurídico-administrativa da ilha de São Vicente da comarca de Santo Antão*”. In: Revista Africana. Nº5. (Especial). Universidade Portucalense e Arquivo Histórico Nacional. Porto. Setembro.1991

HESPANHA, A. M e Santos, MC – Os poderes num império oceânico. In História de Portugal. Vol I.

LOPES, Maria José “ *A Câmara Municipal de Santo Antão: Criação e Evolução (1732 – 1870)*. In: Revista Africana. Nº5. Especial universidade portucalense, Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde. Porto. Setembro de 1998.

MARQUES, Maria Haideé Ferreira Ferro. **Subsídios para a História da ilha de Santo Antão de Cabo Verde (1462 – 1900)**. Instituto Cabo-verdiano do Livro e do disco. Praia.1997.

MONTEIRO, C. **Sociologia Urbana Uma Cidade-Porto em Construção: A questão Urbana na Perspectiva do Desenvolvimento Integrado**. Editora Separata Direito e cidadania. 2004.

PEREIRA, Daniel. *Recortes da História da ilha de Santo Antão* In: Revista Trimestral de Informação e Cultura, Ekhos de Paúl. Números 7 / 10, Agosto 1994 / Junho 1996.

ROCHA, A. **Subsídios para a História da Ilha de Santo Antão (1462 – 1983)**. Imprensa Nacional de Cabo Verde. Praia 1990.

RODRIGUES, Moacyr. **Cabo Verde Festas de Romaria Festas Juninas**. Mindelo. Largo John Miller. 1997.

- *Fontes Manuscritas*

S.G.G. Cx. Nº 262 – Correspondência recebida da administração de S. Antão de Dezembro a Janeiro de 1910. AHN. Praia 1994.

S.G.G. Cx. Nº 263 – Correspondência recebida da administração de Concelho de S. Antão de Janeiro a Dezembro de 1911. AHN. Praia.1994.

S.G.G. Cx. Nº 774 – Correspondência recebida da administração de Concelho S. Antão de Janeiro a Dezembro de 1912. AHN. Praia 1994.

S.G.G. Cx. Nº 264 – Correspondência recebida da administração de Concelho de S. Antão de Janeiro a Dezembro de 1914. AHN. Praia 1994.

S.G.G. Cx. Nº 265 – Correspondência recebida da administração de Concelho de S. Antão de Janeiro a Dezembro de 1917. AHN. Praia 1994.

- *Internet*

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_Novo_\(Cabo_verde\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_Novo_(Cabo_verde)).

- *Legislações*

Boletim oficial do governo da Província de Cabo Verde. Nº 20 de 17 de Maio de 1912

Boletim oficial do governo da Província de Cabo Verde. Nº 20 de 15 de Outubro de 1913

Boletim oficial do governo da Província de Cabo Verde. Nº 21 de 24 de Maio de 1930

Boletim oficial do governo da Província de Cabo Verde Nº 30 de 26 de Julho de 1930

Boletim oficial do governo da Província de Cabo Verde Nº 50 de 7 de Setembro de 1931

Boletim oficial de Cabo Verde do suplemento nº35 de 2 de Setembro de 1962

Boletim oficial de Cabo Verde Nº 38 de 21 de Setembro de 1963;

Diploma legislativo nº 165 de 17 de Outubro de 1928.

B.O da Republica de Cabo Verde nº 24 de 13 de Dezembro de 1975;

B.O da Republica de Cabo Verde Suplemento nº 3 de 23 de Julho de 1975;

B.O da Republica de Cabo Verde nº 35 de 29 de Agosto de 2005.

- *Outras referências*

Jornais

A Semana nº 718 de 17 de Junho de 2005;

A semana. de 01 de Outubro de 2004;

A semana. De 08 de Outubro de 2004.

Horizonte nº 371 de 1 de Setembro de 2005;

Novo Jornal nº 37 de 30 de Abril 1975;

Novo Jornal nº 45 de 26 Junho de 1975;

Voz di Povo nº 174 de 27 de Janeiro 1979;

Voz di Povo n° 69 de 27 de Novembro 1976;

Voz di Povo n° 69 de 27 de Novembro 1976.

Tribuna n° 18 de 1 de Junho de 1989;

Tribuna n° 16 de 1 de Maio de 1989.

Relatórios

CMPN, **Plano Ambiental Municipal**. Porto Novo. Associação dos Municípios Cabo-verdianos.2005.

CMPN. GAPM. “ **Programa Nacional de Luta contra a pobreza**”. Janeiro de 1998.

Companhia da Pozolanas de Cabo Verde II série n° 25 de 24 de Novembro de 1966.

“ **Programa de Redução da pobreza do Município de Porto Novo** “. ADCPN. Outubro de 1997.

Plano de Desenvolvimento urbano de Porto Novo. Ministério das Obras Públicas Agosto de 1991.

ANEXOS